

História e representações sociais da sexualidade

Weverton Pereira do Sacramento (Doutor IFES)

Resumo

Este artigo apresenta uma breve revisão bibliográfica da história da sexualidade evidenciando a relação entre as feminilidades e masculinidades dos períodos históricos com as representações sociais atuais sobre a homossexualidade. Evidencia que representações sociais limitantes e preconceituosas da atualidade tem origem em fatos remotos que não se justificam mais, mas que continuam a influenciar o tempo presente.

Palavras-chave: Sexualidade; Homossexualidade; Representações Sociais.

Abstract

This article presents a brief bibliographical review of the history of sexuality, highlighting the relationship between the femininities and masculinities of the historical periods with the current social representations about homosexuality. It shows that today's limiting and prejudiced social representations originate in remote events that are no longer justified but continue to influence the present time.

Keywords: Sexuality; Homosexuality; Social Representations.

A sexualidade humana é complexa e inter cruzada por situações peculiares, quando olhada por cima, numa visão geral. Aproximando-se um pouco mais do objeto, vê-se uniformidade nas práticas sexuais e conseqüente minimização nas peculiaridades de diferentes povos em distintos momentos históricos.

Neste artigo são consideradas algumas práticas sexuais que servem para ilustrar a representação social sobre homossexualidade em diferentes momentos da história da humanidade de diferentes povos que de alguma

maneira influenciam nas representações que se tem sobre sexualidade na atualidade. Trilhar o caminho sobre a construção de gênero, a origem da família e a sexualidade humana, mesmo que de forma descontinuada, desde a pré-história, passando por povos primitivos, pela Grécia Antiga, por Roma e o império romano e a Mesopotâmia (Oriente Médio origem do cristianismo), possibilita contextualizar a direção e o sentido dos movimentos de criar, liberar, proibir e permitir na sua totalidade ou de maneira parcial os costumes sexuais.

Porém, não se tem como objetivo a intenção de retornar a uma espécie de estado natural do homem, localizar a essência do homem primitivo ou atribuir a um dado povo, situação ou fato histórico como a origem do preconceito contra a homossexualidade, nem tampouco determinar com exatidão origens para hábitos, costumes e proibições sociais relativas à sexualidade.

Pretende-se tão somente possibilitar ao leitor a compreensão da complexa rede social que se estabelece no intercâmbio processual de culturas que se inter cruzam, se interconectam e se transformam multiplamente num emaranhado de fios que se cruzam numa velocidade cada vez maior, viabilizada pelo avanço e pela rapidez dos meios de transporte, de comunicação e de difusão das informações. Em seguida, vamos nos reaproximar da sociedade contemporânea percebendo como as sociedades modernas se entrelaçaram nesta espessa rede de múltiplas e facetadas sociedades em que da mesma forma o são e por consequência apresentam representações sociais refletidas com maior ou menor nitidez.

As representações sociais com menor nitidez são as que a ciência precisa se debruçar tornando-as mais límpidas, perceptíveis ao olhar comum, às vezes desatento da maioria. Dito de outra maneira, desvendá-las, naturalizá-las no sentido de torná-las públicas, conhecidas, acessíveis ao domínio do senso comum. Analogamente, busca-se levar a compreender e tornar mais cristalinas as representações sociais que o senso comum domina e que para a ciência ainda não são nítidas.

A teoria das representações sociais como possibilidade teórica e metodológica

A Teoria das Representações Sociais – TRS - deve ser aqui apresentada por ter se delineado como um caminho viável, ao possibilitar a discussão sobre a homossexualidade em sua representação social historicamente construída, pincelada em recortes de momentos relevantes do desenvolvimento da sexualidade humana. Acredita-se que esse percurso seja necessário para fundamentar teórica e metodologicamente o assunto aqui discutido, um caminho possível para referenciar a investigação sobre as relações entre gênero e crenças histórica e socialmente construídas na vivência do preconceito contra homossexuais praticado pela sociedade.

Moscovici (2011) desenvolve a TRS avançando no sentido de adaptar parte das ideias de Durkheim às questões sociais muito mais dinâmicas e fluidas surgidas a partir do século XIX, que se configuram diversas das observadas em sociedades tradicionais cristalizadas e organizadas sobre estruturas estáticas. Nessas sociedades mais tradicionais, as representações eram exteriores às consciências individuais: cada indivíduo contribuía com sua quota-parte, mas não tinha importância em si mesmo; o que valia era o todo composto pela união e pela cooperação de todos. O todo social era mais importante do que a parte, o indivíduo. Logo, não havia e ainda não há espaço para minorias, de forma que elas precisam se adaptar às ideologias dominantes e se inserir no modelo, na norma. Para Moscovici (2011), em outra perspectiva, mais recente, os diversos grupos urbanos passam a ter importância não como parte constituidora de um todo social, mas como parte que, embora esteja contida nesse todo social, quer a ele pertencer mantendo suas próprias características; ou seja, quer ser um subconjunto contido no todo mantendo a identidade própria. Através do quadro (1) podemos comparar as principais ideias de Durkheim e Moscovici sobre a concepção que eles têm sobre o fenômeno social e a maneira como deve ser observado.

Quadro 1 – Concepções sobre fenômenos sociais.

	<i>Durkheim</i>	<i>Moscovici</i>
O indivíduo	Cada um traz sua quota-parte;	Enfatiza a verbalização, o discurso dos componentes do grupo estudado;
As representações	As representações são exteriores às consciências individuais; Elas são feitas da união de todos em cooperação;	Analisa as informações e ideias construídas pelos grupos urbanos; Pequenos grupos sociais elaboram representações;
A sociedade	Sociedades tradicionais, cristalizadas e estruturadas.	Sociedades atuais, dinâmicas e fluidas.

Fonte: o autor.

A TRS quer analisar as informações e as ideias construídas por esses grupos em que o discurso de cada componente tem relevância por construir as representações de pequenos grupos que querem se fazer representar por si mesmos, produzir, consumir, difundir e se guiar pela própria ideologia. Dessa maneira, fica estabelecido o conflito geracional que assola a sociedade. Por um lado, há uma juventude dinâmica e fluida, desejante de construir sua própria história. Por outro lado, há a família, a escola e a sociedade arcaicas, com valores morais de tempos remotos, ensinando e exigindo fidelidade a ideologias ultrapassadas, desconectadas com os anseios dos diversos grupos minoritários que não aceitam mais serem pressionados a se incorporarem no sistema normalizador, castrador.

Moscovici possibilita entender como as mudanças sociais se dão e, a partir disso, como o senso comum interage e interfere nessas mudanças. Dito de outra maneira, procura-se saber qual o papel da sociedade não científica nas mudanças sociais e qual sua contribuição na construção de novos paradigmas para a ciência?

Segundo Foucault (1988), é ingênuo crer que a sociedade seja mera consumidora de ideologias e valores impostos pelos dominantes. Para ele, a Igreja Católica não pode ser culpabilizada sozinha pelo preconceito contra os homossexuais. O autor afirma ter havido um movimento social que a impeliu para a tomada desse posicionamento. Se, por um lado, a escola vem se esquivando do debate sobre a sexualidade, por outro, as crenças religiosas têm historicamente dominado as discussões sobre esse tema com posicionamentos baseados em argumentos interpretativos, dedutivos e legalistas. Esses argumentos levaram à heteronormatização da sexualidade a partir de passagens bíblicas que pressupõem como ordem natural o sexo entre macho e fêmea, exclusivo para procriação, o que, por consequência, resulta na condenação de outras formas de expressão da sexualidade como a homossexualidade e a masturbação, e negam a sexualidade infantil e na terceira idade. Os aparelhos ideológicos do estado que, de acordo com Althusser (1987), modificam a sociedade civil e são modificados por ela (composta por igrejas, escolas, partidos políticos, etc.) possuem papel decisivo na construção das representações da sociedade em geral. Jodelet (2002) atribui a Althusser, em os *Aparelhos Ideológicos do Estado*, o ponto de inflexão a partir do qual se vê uma alternativa ao marxismo: afrouxando-se o determinismo da infraestrutura, possibilita-se a percepção de pontos de vista diferentes dentro de uma mesma classe social. É preciso que o leitor compreenda que os grupos minoritários ou em desvantagem social não são hegemônicos em suas pautas de reivindicações, por haver hierarquizações que, por vezes, reproduzem a lógica da maioria ou dos grupos dominantes.

A homossexualidade em tempos remotos e em povos primitivos

Vainfas et. al. (2010) indica a presença de vida humana desde o paleolítico (cerca de 3.000.000 a 10.000 a.C.), mas é partir do neolítico (10.000 a 6.000 a.C.) que pesquisadores arqueólogos, paleontólogos, antropólogos e

historiadores localizam o início da agricultura, o que teria sido um marco na mudança de hábitos das populações, que deixavam de ser nômades para se fixarem à terra constituindo, assim, os primórdios das cidades modernas hoje conhecidas.

A fixação desses povos se torna importante evento por levar a consequente divisão de tarefas administradas de acordo com as potencialidades e interesses pessoais manifestados individualmente e percebidos pelo coletivo. Assim, parte das atividades de cultivar a terra era atribuída às mulheres gestantes, lactantes e anciãs pela dificuldade de locomoção e pelas reservas que essas situações impunham. Entretanto, não se descarta o fato de terem ocorrido abortos espontâneos e mortes de mulheres devido à sobrecarga em atividades como caça e pesca por parte das gestantes em povos que ainda não haviam assimilado a necessidade de tratamento diferenciado que esse estado orgânico requeria.

Os povos primitivos e isolados por fatores geográficos foram se organizando socialmente de acordo com a percepção de cada um sobre sua realidade. O contexto de inserção, a capacidade e a necessidade de vencer obstáculos naturais que se apresentavam foram moldando esses povos orientando-os a desenvolver suas tecnologias, bem como hábitos, costumes e rituais. Enfim, foram construindo cada um a sua maneira a sua forma de representar a si mesmo e a comunidade a qual pertenciam, entretanto, até o Estado Selvagem¹, pode-se atribuir traços comuns ao desenvolvimento dos diversos povos.

A este respeito Engels (2002, p. 27) afirma que “Até aqui, temos podido considerar o curso do desenvolvimento como um fenômeno absolutamente geral, válido em determinado período para todos os povos, sem distinção de lugar”.

1

Lewis Henry Morgan classifica os períodos pré-históricos em Estado Selvagem e Barbárie ambos subdivididos em três fases: inferior, média e superior. (ENGELS, 2002, p. 25).

Referindo-se aos períodos anteriores à Fase Inferior da Barbárie, o autor reconhece que havia similaridade no desenvolvimento dos povos e que, somente a partir deste período, diferenças naturais, climáticas e geográficas, fauna e flora entre os continentes passam a influenciar o desenvolvimento em cada hemisfério de maneira particular, e “os sinais nas linhas de fronteira entre as várias fases são diferentes em cada um dos dois casos”. (Idem).

De maneira alguma pode-se pensar que a divisão social do trabalho se deu da mesma forma e no mesmo momento histórico. Assim como é lógico supor que a aceitação em relação às atividades sociais que mulheres e homens, crianças, jovens, adultos e idosos desempenhavam variaram com maior ou menor grau de flexibilidade nos diferentes povos. Isso é similar ao que se observa na atualidade onde há países em que as mulheres se encontram em situação parecida com a dos homens no que tange aos direitos e aos deveres em comparação com outras sociedades em que há enorme discrepância entre direitos e deveres de homens e mulheres, com prejuízo para estas.

Com a aquisição de tecnologias relacionadas à agricultura, as tribos começam a se estruturar escolhendo lugares perto de rios, terras férteis e lugares protegidos para se estabelecerem. Esse estabelecer das tribos gera as propriedades, os bens, os utensílios e, por consequência, a propriedade da terra que passa a dar *status* os indivíduos proprietários de terra, de bens e utensílios. Surge a ideia de herança, de transmitir a propriedade à prole criando a necessidade de cada um conhecer seus descendentes.

Dessa forma, as sociedades até então eram matrilineares, centradas na mulher, porque a única certeza de filiação que se tinha até esse momento era a mãe, daí a admiração e o respeito dispensados a elas. Sobre a importância da mulher naqueles tempos, Engels (2002, p.49) assevera que “uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do Século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem” e acrescenta sobre a importância da mesma durante longo período da pré-história. “Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, médio e até (em parte)

superior da barbárie, a mulher não é só livre como, também, muito considerada.”
(*op. cit.*).

O patriarcalismo começa a surgir a partir da necessidade de cada indivíduo do sexo masculino conhecer os verdadeiros filhos, pois ao se assentarem próximos às terras férteis há a necessidade de protegê-las da cobiça, da invasão e de serem tomadas por outros. Assim começam a surgir os exércitos para proteger os assentamentos. E essa militarização dos assentamentos com a função de proteger a propriedade privada contribui para dar poder aos homens e inicia o desmerecimento, a subjugação das mulheres ao poder masculino. Segundo Spencer (1999, p. 30), “o materialismo, posses e propriedades reforçaram a predominância e agressividade masculinas, levando a subjugação das mulheres”.

Da necessidade de manter a propriedade privada, além dos exércitos que a protegem de ataques externos, há também a necessidade de mantê-la dentro de uma mesma linhagem, garanti-la aos filhos e filhas legítimos do proprietário. Nesse sentido, há todo um movimento na direção de garantir ao homem a certeza sobre a paternidade de sua prole: começa a vigilância sobre a mulher, que passa a ser impedida de se relacionar com outros homens, sendo permitida a relação sexual apenas com aquele que a tomou como esposa. O casamento monogâmico aparece como uma etapa sequencial e inevitável do estágio de desenvolvimento alcançado até o momento pelas sociedades do Velho Mundo.

Enquanto nas Américas predominou a família sindiásmica², que, devido à crescente interdição progressiva de parceiros – primeiro os parentes próximos, depois os parentes distantes e, por fim, as pessoas vinculadas apenas por aliança –, torna impossível o casamento por grupos. Os homens passam a ter dificuldades em encontrar parceiras, necessitando procurá-las fora de seu clã. Segundo Engels (2002), com o matrimônio sindiásmico, o rapto e a compra de

²

Família sindiásmica consiste na união de um homem com uma mulher podendo aquele praticar a poligamia.

mulheres tornam-se práticas comuns e bastante difundidas. É atribuída a esse matrimônio, ainda, a importância como marco histórico no desenvolvimento da construção da cultura e a passagem de um estado a outro da pré-história. Segundo Engels (2002),

A família sindiásmica aparece no limite entre o estado selvagem e a barbárie, no mais das vezes durante a fase inferior da segunda. É a forma da família característica da barbárie, como o matrimônio por grupos é a do estado selvagem e a monogamia é a da civilização. (ENGELS, 2002, p. 54).

Para Engels (2002), a família sindiásmica foi característica das Américas, onde perdurou até a invasão e a conquista pelos europeus. Acredita o autor que, com a perda da inocência e do caráter selvático das relações sexuais e com o desenvolvimento das condições econômicas e o aumento das comunidades, tanto mais envilecedoras e opressivas parecem ter se tornado as relações sexuais para as mulheres, no modelo de casamento grupal, que passam a ansiar “pelo direito à castidade, como libertação, pelo direito ao matrimônio, temporário ou definitivo, com um só homem”. (ibidem).

A monogamia é essencialmente feminina. Se, por um lado, foi uma conquista ao livrar-se da obrigação de entregar-se a vários maridos; por outro lado, sem o direito de escolha, torna-se mais uma posse do homem, uma escrava vigiada e severamente punida por deslizos sexuais suspeitos ou comprovados que levam à dúvida sobre a veracidade da paternidade da prole, o que envergonha o marido. Surge, assim, a ideia de traição conjugal. A este respeito sentencia Engels,

Esta forma de família assinala a passagem do matrimônio sindiásmico à monogamia. Para assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito. (ENGELS, 2002, p. 59).

Essas transformações teriam sido iniciadas com o fim do comunismo e a individualização das posses das terras e dos utensílios de agricultura, caça e pesca que, por serem essas atividades atribuídas aos homens, tornam-no proprietário delas. Assim prima-se pelo poder das posses e, por conseguinte, a

importância da paternidade suplantando a maternidade, o que, segundo Engels, trouxe até nossos dias seus reflexos.

O desmoronamento do direito materno, a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Esta baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 2002, p. 58).

Abordou-se até aqui como a propriedade privada e as relações de poder dela advindas contribuíram para moldar a construção das masculinidades e das feminilidades no desenrolar da história. Dentro desse contexto como terá se dado as representações sociais sobre a homossexualidade? Como as feminilidades e as masculinidades influenciam, são influenciadas e ao mesmo tempo hospedam a homossexualidade?

Vejamos: discutir a homossexualidade passa necessariamente pela composição da família e pelas funções desempenhadas por mulheres e homens, pois “a maneira como os homens constroem os mitos sobre a criação e onde situam os princípios femininos é que acabaram por ditar a variedade do comportamento homossexual aceito”. (SPENCER, 1999, p. 19).

A maneira como o grupo masculino representa as questões femininas de carregar consigo no ventre a vida dos futuros filhos de si mesmos, os guerreiros e não guerreiros, sendo elas as novas reprodutoras das tribos, faz da homossexualidade um comportamento de maior ou menor aceitação. Tribos como os Marind e Kiman possuíam ritos com algumas variações, mas bem parecidos na sua estrutura geral, em que os homens mais velhos iniciavam os mais novos pela penetração ou felação, a partir do que se acreditava que o mais velho transmitiria o sêmen da vida longa, da masculinidade, da fertilidade. Embora tivessem esses rituais atitudes homossexuais, dava-se grande ênfase aos ritos heterossexuais com a valorização do coito, da penetração entre homem e mulher para procriação, do sêmen e dos líquidos vaginais. Havia

também a masturbação praticada em ritos em que as mulheres ingeriam alimentos misturados com sêmen obtido com a masturbação e oferecidos a elas pelos homens.

Os estudos de Spencer (1999) e Engels (2002) possibilitam entender a diversidade e a complexidade da sexualidade humana que não são – como muitos querem fazer crer com invenções modernas – afastadas do estado de natureza. Ao contrário, toda a complexidade sexual está presente nos animais irracionais de estrutura mental e biológica rudimentar em relação aos seres humanos e nesses, desde a pré-história em sociedades isoladas entre si, com pouca ou nenhuma informação umas das outras, perdurando até a atualidade.

A presença do travestismo segundo Spencer (1999) foi verificada em várias tribos como os Bedamini e os latmul. Além do ritual homossexual representado pela penetração do mais novo pelo mais velho, há a realização de travestismos por vezes bastante caricatos em que uma dupla masculina vestida como mulher realiza rituais de simulação de atos sexuais tanto heterossexuais quanto homossexuais. Nesses rituais, ambos os homens estão vestidos de mulher. Um carrega um pênis gigante, geralmente feito com madeira; e o outro, um mamão com uma fenda simbolizando o órgão genital feminino. Perseguem-se mutuamente e simulam o ato sexual com a penetração do pênis de madeira no mamão, o que é presenciado com euforia pelo restante da tribo. Em outros rituais, os dois homens travestidos de mulher simulam a relação homossexual, um deles traz uma simulação de um clitóris sobre o ânus. Ainda segundo Spencer (1999), nas tribos em que os jovens permaneciam solteiros durante anos, a prática da masturbação era considerada como enfraquecedora do corpo e do espírito, e o adultério não era bem visto; logo, uma alternativa para satisfazer a libido entre os solteiros eram as relações homossexuais com ou sem travestismos.

As populações das Américas do Norte e do Sul são as que melhor tem documentado relatos sobre o travestismo. Os berdaches, expressão usada para travestidos, são geralmente machos vestidos como fêmeas. Havia também

relatos de mulheres vestidas como homens em pelo menos 113 tribos indígenas da América do Norte. Esses rituais de travestismos estavam associados não apenas à homossexualidade, mas ao alto prestígio e ao poder que as mulheres tinham nessas tribos. (idem).

Os motivos de os povos europeus invasores das Américas não medirem esforços para omitir essa situação é porque incomodam a cultura e os valores dominantes na Europa da época, que subjugavam a mulher, colocavam-na como ser inferior, de segunda classe, submissa e obediente ao homem. Logo, não é difícil deduzir que, além dos fatores econômicos e de resistência à colonização dos nativos para com os invasores, havia ainda a questão cultural dos indígenas que poderia abalar toda a estrutura social construída durante séculos na cultura europeia. Motivos que, somados, levaram ao extermínio desses povos considerados atrasados, bárbaros, promíscuos, primitivos, inferiores.

Se o papel feminino era digno de respeito, admiração e acima de tudo inspirava a ideia de poder, por consequência não havia nenhum demérito na homossexualidade. Segundo Spencer (1999), no caso dos berdaches masculinos, os meninos que na infância descobriam não gostar das atividades atribuídas aos homens – como seguir rastros ou caçar, manifestando interesse pela costura e preparo dos alimentos ou simplesmente optavam em se vestir como o outro sexo – tinham seu novo gênero imediatamente aceito, sendo acolhidos com satisfação pelo grupo feminino que viam esse fato como alternativa satisfatória para execução de atividades pesadas que exigissem mais força física.

Evidencia-se a estreita relação entre sexualidade e poder nos diferentes povos e momentos históricos em que se valorizava a mulher, variando a homossexualidade entre aceitação total, aceitação ritualizada ou restrita a grupos e momentos do desenvolvimento humano, como no caso dos solteiros, mas nunca discriminada ou ignorada. Na medida em que caminha a humanidade para a construção da representação social de menos valia da

mulher, a homossexualidade vai tornando-se algo indesejável, humilhação, pecado, crime e doença.

Nas sociedades primitivas e na antiguidade verifica-se a vivência da sexualidade em todas as suas formas com princípios, valores e normas, mas não se pode considerar que houve alguma forma de preconceito. No período em que os mitos predominaram viu-se uma variação deles em que se estabeleciam as normas e valores dominantes da época, bem como aqueles que se queria desenvolver na população incluindo os referentes à sexualidade onde a homossexualidade era constantemente retratada de forma comum.

Coincide com a ascensão do Império Romano e do cristianismo a ênfase no controle das pulsões sexuais e na pecaminização da homossexualidade e ainda neste período em torno de 533 d. C. com o imperador cristão Flávio Pedro Sabácio *Justiniano* (482 d.C. a 565 d.C.), a primeira lei proibindo a homossexualidade e prevendo pena de morte. Até o ano de 2015 mais de 80 países continuam a considerar a homossexualidade como crime passível de reclusão.

No final do século XIX propagou-se a crença da homossexualidade como doença tendo durado até 1990 quando a Organização Mundial de Saúde - OMS retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças, antes porém, em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retirou a palavra homossexualismo da lista de transtornos mentais ou emocionais influenciando vários países. No Brasil em 1999 o Conselho Federal de Psicologia regulamentou a atuação dos psicólogos orientando que orientação sexual dos pacientes não deveria ser considerada doença, distúrbio ou perversão – muito menos, algo a ser curado.

A seguir é apresentada como a sexualidade vem sendo percebida e como os valores do passado influenciam as representações sociais da atualidade “nos movimentos que afetam a massa da história atual haveria uma herança fantástica do passado. O passado lambuza o tempo presente.” (BRADEL, 1995, p. 50).

A homossexualidade do antigo império aos tempos modernos

Segundo Spencer (1999), na Mesopotâmia entre 2.375 a 1.726 a.C., o papel das mulheres dentro das sociedades começou a ser secundário em relação ao dos homens: eram vigiadas no que se referia à sexualidade devido à necessidade de se saber com exatidão o pai das crianças para, por consequência, assegurar-lhes o direito à herança. Percebe-se nessa nova representação de papéis sociais que o homem é apontado como aquele que pode ir para o exército, proteger as posses, as terras de seu pai ou de outrem que o contratar. Consolida-se a ideia do casamento monogâmico que oficializa que uma dada mulher pertence a um homem devendo dar-lhe de maneira exclusiva extensa prole. O casamento surge com o objetivo de procriação pouco tendo a ver com vínculos afetivos, amor ou companheirismo, ficando a monogamia como uma obrigação da mulher. A esposa nada mais é do que uma valiosa peça de propriedade daquele que a detém. Daí a preferência pelo filho homem que é visto como mais útil, pois poderá defender as propriedades da família, receber recompensas por trabalhos prestados a outros de menor “sorte” que não tenham tido a quantidade de filhos varões necessários para proteger suas propriedades. Poderão eles mesmos ser proprietários de terras aumentando as posses da família e o prestígio de si e dos seus.

Na Grécia, de igual maneira, a mulher não tinha direito de se expressar: era propriedade do pai enquanto solteira; casando-se, passava à propriedade do marido. Caso não casasse, o que era uma desonra para a família, além de passar a significar prejuízo para sempre ao pai ou irmão que o substituísse, era considerada uma falhada, uma inútil.

O amor grego ou a homossexualidade na Grécia tem uma característica parecida com as constatadas em outros povos de tempos remotos e de aborígenes. A iniciação da vida sexual através da pederastia ocorria no modelo

em que os homens mais velhos com **status** social requerem das famílias os jovens a serem iniciados. O fato de ter um filho jovem escolhido é recebido como uma bênção; uma graça ainda maior quanto mais humilde for a família, porque além da iniciação sexual feita por um nobre, o menino se tornará um guerreiro, porque serão ensinados os ofícios tanto do sexo quanto das guerras. Isso o tornará um homem de respeito.

Alguns detalhes sobre o processo de sedução erótica comuns na Grécia entre 405 a.C. a 330 a.C. chamam a atenção pela subjetividade exigida dos participantes. Segundo Spencer (1999), o homem, quando tinha interesse em adotar um jovem, falava com a família e com os amigos do menino. Esses forjavam ser contra, fingindo perseguir o sedutor, caso o homem interessado tivesse alguma posição social. Caso contrário, ou seja, se o homem não tivesse uma boa posição social, a resistência e a perseguição na tentativa de afastá-lo do menino eram reais. Porém, se um menino não tivesse um amante, nem ninguém interessado que tivesse tentado seduzi-lo, a vergonha social atingiria a família.

Assim como na Grécia, em Roma no mesmo período a homossexualidade tinha esse caráter de ritual de passagem; mas, atingida a fase adulta, o jovem deveria assumir o papel de homem ativo, caso contrário, era desprezado pela sociedade e impedido até de ocupar cargos públicos. Está aqui mais uma vez estabelecida a relação entre a importância que se atribuía à mulher e a aceitação da homossexualidade.

Sócrates, defensor e adepto da homossexualidade, afirmava que a relação entre homens era o verdadeiro amor, porque não possuía o objetivo de procriação, o que lhe dava o caráter de supremo por acreditar que seria o verdadeiro encontro das almas. Platão também, tratando do amor entre homens, via no tema toda a plenitude e a beleza que Sócrates via, porém defendia que a concretização deste amor através da conjunção carnal faziam perdê-lo a perfeição, evidenciando os defeitos de caráter da pessoa amada. Diferentemente de outros momentos desde a pré-história, a mulher torna-se secundária, e a procriação,

embora importante e obrigatória porque necessária ao controle populacional, subverte a heterossexualidade colocando-a em segundo plano.

Segundo Spencer (1999), ficam os questionamentos a respeito de que povo se está analisando, de que Grécia: de uma minoria rica, encastelada, dos poderosos que governam? Essas dúvidas surgem a partir da ilusão que as pessoas têm de que os ricos vivem em grandes orgias, assim como os artistas. Portanto, a pederastia grega não afetaria nem a classe média, nem os pobres. Afirma Spencer,

Em oposição à noção de que toda essa pederastia idealizada era o interesse minoritário de uma elite filosófica temos a prova de Ésquines, um jurista que escrevia discursos para persuadir os júris da justiça de sua causa, o júri era formado por cidadãos comuns, camponeses não especialmente educados, ou sofisticados de modo que o orador não podia se permitir ultrajá-los, ou chocá-los. O Conteúdo do discurso do orador, com toda probabilidade refletia a moralidade popular média. (1999, p. 49).

Os fatos a que se tem acesso levam a crer que não se tratava de valores de uma minoria luxuriosa; ao contrário, percebe-se se tratar de valor e prática socialmente aceita nos vários níveis sociais.

Em síntese, o que fica sobre o estudo da sexualidade da Grécia Antiga é que a bissexualidade era a sexualidade aceita socialmente como natural, inserida profundamente na consciência da sociedade grega, do mesmo modo que a heterossexualidade é considerada atualmente nas sociedades ocidentais como natural e normal. Evidenciado está que a sexualidade é uma construção sócio-histórica dinâmica que influencia e é influenciada pela religião, pelo poder – “o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo é objeto e alvo” (FOUCAULT, 1988, p. 138) – sendo que todas as diversas formas de expressão da sexualidade carregam em si mesmas uma carga de natural. Logo, toda a tentativa de normalizar alguma forma ou expressão de sexualidade em detrimento de outras nada mais é do que subterfúgios de dominação. Trata-se de grupos se esforçando para se colocarem na centralidade e, por consequência, relegarem os outros à marginalidade. Não se pode imaginar que a heterossexualidade tenha sofrido

marginalização semelhante à sofrida pela homossexualidade tempos mais tarde com a adesão ao cristianismo por Roma e com a disseminação do Império Romano, que se espalhou depois ao restante do ocidente. Contrariamente a isso, a heterossexualidade sempre foi desejada e incentivada como importante fator de aumento populacional. Como ainda não inventaram outro meio de procriação, a mulher era necessária, mas social, política e culturalmente desprezada; uma reprodutora, nada mais.

A facilidade de se conseguir uma mulher era evidente, dada a supremacia masculina e a necessidade de a própria mulher se dar como posse a algum homem com o objetivo de alcançar para si um mínimo de respeito social. Porém, para que não se estabelecesse um verdadeiro caos, com um possuindo o que a outro pertencia, a sociedade masculina estabelece entre si acordos que garantissem o convívio ordeiro. Tais acordos, que ditam normas de respeito entre os homens sobre a propriedade um do outro, inicialmente são estabelecidos dentro de uma mesma sociedade, entre compatriotas, incluindo o respeito à mulher alheia. Entretanto, diferente das outras propriedades, a mulher tem vontade própria, desejos, necessidades pessoais que fogem ao controle de seu proprietário e das leis feitas pelos homens para garantir os próprios interesses. Dessa maneira, tensões são estabelecidas, resistências são detectadas, devendo ser prontamente debeladas. Em resposta a esses atos de rebeldia, novos elementos vão sendo criados sempre com o objetivo de garantir a manutenção do *status quo* masculino. Assim, regulamentam-se o divórcio que lhes garante anular o casamento e devolver a mulher ao pai caso ela seja estéril uma vez que, na perspectiva em que a mulher é propriedade do homem e sua principal função é gerar numerosa prole, ter uma que não pode cumprir essa função é como ter uma propriedade improdutiva, uma peça estragada. Criou-se também a representação social do adultério como pecado, como forma de violação do direito à propriedade do homem, pois os filhos e filhas de outros homens dilapidam o patrimônio do marido. O pecado é o mal maior que pode ser praticado em sociedades organizadas em torno de deuses e divindades que ditam códigos e punem os que os infringem. Assim, a sexualidade floresceu nas

sociedades arcaicas e no mundo antigo como ato a ser vigiado, não por causa da orientação sexual das pessoas, mas pelo que cada ato poderia gerar de prejuízo ou lucro aos interesses sociais de cada época. Esse tema é comum a várias culturas que têm na expressão da sexualidade uma relação de causa e consequência com a representação social do indivíduo; ou seja, a maneira como o indivíduo expressa a sexualidade determina o grau de *status* social que lhe atribuem variando no tempo e no espaço.

A esse respeito, Spencer (1999, p. 32) relata os valores sociais comuns entre os babilônios e atribuídos aos homens no que se refere às práticas homossexuais, vejamos:

- um homem que possuísse por trás um igual, adquiriria proeminência entre os irmãos e colegas deste;
- um homem que mantivesse relações com um cortesão durante um ano inteiro estava salvo das preocupações;
- um homem que tivesse relações com seu escravo estaria em dificuldades;
- um homem que se relacionasse com um prostituto seria atingido pelo mal;
- um homem que se relacionasse penetrando analmente alguém de mesmo nível ou **status** social superior teria boa sorte;
- um homem que preferisse o papel passivo (a menos que fosse servidor do templo) era visto como inferior.

Pode-se ver dessa forma o surgimento de regras de representações sociais acerca da sexualidade, que hierarquiza os indivíduos a partir de suas práticas sexuais. Esse conjunto de valores sexuais é similar aos predominantes nesse início do século XXI, na sociedade ocidental, onde culturas como a brasileira não consideram homossexual ou mesmo bissexual o homem que se relaciona sexualmente com outro penetrando-o, principalmente se também se relaciona sexualmente com mulheres. Segundo Fry (1982), na cultura anglo-saxã, a situação relatada anteriormente levaria a sociedade e o próprio indivíduo, na maioria dos casos, a se considerar homossexual ou bissexual. Destaca-se que, no caso de países como os Estados Unidos e a Inglaterra, a identidade de gênero masculina, heterossexual, dá-se pelo exercício da sexualidade

vivenciado exclusivamente com mulheres, enquanto no Brasil a masculinidade está associada à atividade sexual de penetrar, independente do sexo do ser penetrado. Persistem as relações entre poder, ter, sexualidade e *status* social. Nas culturas onde mulheres, negros e homossexuais ocupam posição inferior, geralmente eles podem afastar-se um pouco desse lugar quando são detentores de alguma posse ou de poder.

Dentro dos grupos discriminados, há subgrupos que, ranqueados pela sociedade, encontram-se em situação pior no que tange à intensidade com a qual são discriminados. É dessa forma que um negro, homossexual e pobre materialmente é bem mais discriminado do que um branco, homossexual e rico, por exemplo. A homossexualidade, em geral, e o travestismo, em particular, ofendem a sociedade desde a passagem da família consanguínea para a família monogâmica, representando também na atualidade moderna uma afronta ao poder masculino, à heteronormatividade. Para Foucault (1988, p. 139), “a sexualidade, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações”. Controlar a sexualidade é o modo de exercer poder sobre os corpos, portanto, sobre toda a sociedade.

Entretanto, há diferentes formas de reação a esse poder: a aceitação, a adaptação e a resistência, todas, porém, o consagram. No caso da homossexualidade, a aceitação se dá comumente pelo celibato, pela castração simbólica feita pela mentalização de repugnância ao ato sexual e pela desvinculação entre amor e sexo. A adaptação tem se manifestado no crescente processo de masculinização da população *gay* verificado no vestuário, marcadamente masculino, e na prática, por vezes excessiva, de atividades físicas que definem e moldam o corpo com músculos proeminentes por se crer ser esse corpo forte e esculpido sinal de masculinidade. Essas são tentativas de enganar, confundir e não se dar a conhecer de primeira vista, como dizem na gíria: “não dar pinta”. Uma outra maneira comum de adaptação é a vida dupla: a tentativa de forjar uma vida heterossexual, por vezes até se casando com pessoa do sexo oposto, o que no popular se diz “enrustido(a)” ou “no armário”.

Essas atitudes confortam os familiares, tornando mais aceito o homossexual que não é afeminado, que não nega na totalidade sua masculinidade; em contrapartida, os que optam pelo travestismo como identidade de gênero tornam-se ainda mais discriminados, marginalizados na maioria dos espaços sociais e padecem de representação social totalmente negativa que os associa ao sexo fácil e à prostituição. Na verdade, perdidos num ciclo pernicioso e histórico de exclusão dos ambientes sociais e familiares, tornam-se figuras noturnas. Poucas são as alternativas: à vida dupla, resta a prostituição. Mesmo que por vezes discriminados pelos próprios homossexuais, esses são os principais agentes da resistência, representada também pelos homossexuais assumidos e pelos LGBT's³ militantes. O travestismo é em geral sentido pela maioria dos povos ocidentais como uma aberração, diferentemente da concepção de outros tempos em que foi aceito como uma das possibilidades de expressão da cultura.

Novamente retornamos à associação entre a posição social atribuída à mulher pela população e a aceitação que se tem da homossexualidade: de igual forma, a homossexualidade feminina é tolerada desde que a mulher também se mantenha enrustida, feminilizada ao máximo, respeitando a fronteira social entre feminino e masculino. Numa perspectiva freudiana de análise a mulher masculinizada vulgarmente chamada de “sapatão”, “fanchona”, “caminhoneiro”, é discriminada menos por negar a feminilidade e muito mais por colocar em risco a masculinidade, pois, ao forjar-se pelas vestes, ameaça toda uma construção histórica, social e simbólica de poder e valorização do falo.

Há, desta maneira, uma tentativa de enquadramento da sexualidade desviante, se é para ser diferente, que seja o mínimo possível, insira-se dentro dos padrões impostos à sexualidade hegemônica, evitando o risco de corromper a sociedade, pelo modelo contrário à moral instituída. A escola e o educador que assume a função de orientar sobre sexualidade precisa fazê-la numa perspectiva que

3

reconheça a transitoriedade, a instabilidade e a diversidade das identidades, inclusive sexuais. É necessário aproximar da teoria queer, com propostas diferentes de currículo, com práticas pedagógicas que ousem formar para o inesperado ao invés de criar novos rótulos, novos padrões hegemônicos, novos enquadramentos.

Segundo Louro:

Uma pedagogia e um currículo queer se distinguiriam de programas multiculturais bem-intencionados, em que as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) são toleradas ou são apreciadas como curiosidades exóticas. Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, com a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocarem em discussão as formas como o “outro” é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: estaria *dentro*, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente... (LOURO, 2013, p. 48, grifos da autora).

Sob a luz da teoria queer⁴ não cabe padrões hegemônicos de identidade, a heteronormatividade é questionada, da mesma forma não cabe construir modelos de homossexualidade desejáveis, o queer é o que não é.

E, para Silva:

A teoria *queer*, seguindo os *insights* pós-estruturalistas sobre o processo de significação e sobre a identidade, argumenta que a identidade não é uma positividade, não é um absoluto cuja definição encerra-se em si mesma. A identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou; a definição de minha identidade é sempre dependente da identidade do Outro. (SILVA, 2007, p. 106).

4

A política queer está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos de 1990, passa a usar este termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica. Apoiam-se fortemente na teoria pós-estruturalista francesa. (LOURO, 2013, p. 40).

E conclui o autor que “Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade”. (SILVA, 2007, p. 107).

Sobre a troca de mercadorias por favores sexuais, o sexo pago, a prostituição, Engels (2002) discute a combinação de dois fatos históricos e sociais: a propriedade privada e o patriarcalismo. Essa combinação foi preponderante para o processo de coisificação da mulher, que a tornou mais um objeto sobre o qual o homem exerceria domínio e poder, comercializando-a – como faziam com os escravos – com o próprio pai ou com outros proprietários. Numa sociedade em estágio avançado de machismo e predomínio do masculino, as mulheres que por ventura se viam “livres” sem um dono, um mantenedor, quer fosse o próprio pai, um marido ou simplesmente um proprietário, viam-se sem muitas alternativas de se manter, restando a elas a prostituição. Em situação semelhante se encontram os travestis modernos: excluídos desde a escola, veem-se em desvantagem no momento da inserção no mercado de trabalho por serem tratados como anomalias. Mesmo que por ventura possuam a formação adequada, na maioria das vezes não são contratados. E, quando em serviço assumem uma sexualidade homossexual/bissexual ou são descobertos são sumariamente demitidos. A história da sexualidade não acaba aqui; trata-se de um capítulo em aberto ainda por ser escrito na esperança de melhor sorte para mulheres e homens, homossexuais ou não.

À Guisa de Conclusão

Neste artigo foi apresentado o resumo histórico da sexualidade humana com o objetivo de entrelaçar o desenvolvimento social da humanidade com a construção das representações sociais sobre sexualidade. Mostrou-se a estreita ligação entre a representação do feminino e da homossexualidade, e, a forma

como as construções das feminilidades e das masculinidades se submetem aos símbolos de poder e à propriedade privada.

A teoria das representações sociais forneceu alicerces para relacionar a maneira como os fatos históricos aparentemente alheios à sexualidade num primeiro momento, revelam-se como determinantes para a construção histórica das representações sociais do feminino e do masculino. Contribuiu também para evidenciar que, as classes sociais não são um todo harmônico e que há conflitos e tensões internas. Auxilia para o desenvolvimento da percepção crítica sobre o fatos das classes sociais minoritárias ou excluídas possuem e reproduzir valores das classes majoritárias e opressoras.

Pontualmente destacou-se valores sociais comuns a uma parte significativa da sociedade como: a predileção pelo filho do sexo masculino; a masculinização dos gays masculinos; e, a exclusão e maior repulsa pelos travestis, transexuais e transgêros, que estão diretamente associados a maior ou menor consideração que se tem pelo feminino num dado contexto histórico. A partir do que é possível concluir que a construção da sexualidade assim como a sua representação social dependem do complexo emaranhado de símbolos e imagens que a sociedade possui e tece no cotidiano através do contato com diferentes formas, objetos e fontes de informações.

Enfim, as discussões de gênero e sexualidade perpassam pelos problemas sociais, políticos, religiosos e ideológicos estando alicerçados em diferentes formas de ser e pensar a cultura, a diversidade e a inclusão o que só será possível pela subversão do poder hegemônico e da heteronormatividade na busca de incluir os excluídos de toda natureza.

Dados do autor: Weverton Pereira do Sacramento. Doutor em Educação pela UNINORTE, professor do IFES. wsacramento@ifes.edu.br

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, novembro/2002.

BRADEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo do século XV ao XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. Tradução de Ruth M. Klauss. São Paulo: Centauro, 2002.

FOUCAULT, Michael. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRY, Peter. *Para Inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In.: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p 17-44.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2ª ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2013.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história*. Tradução de Rubem Mauro Machado. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. 10ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINFAS, Ronaldo et al. *HISTÓRIA: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*. São Paulo: Saraiva, 2010, V 1.